Dia 12 de junho de 2026

Manhã

Mesa temática: Currículo, formação e precarização do trabalho docente: o que está em jogo com as contrareformas educacionais?

Convidados: Profa. Dra. Amanda Moreira da Silva e Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto

Debatedor: Prof. Dr. Teodoro Adriano Costa Zanardi (PUC/Minas)

CURRÍCULO, FORMAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: O QUE ESTÁ EM JOGO COM AS CONTRARREFORMAS EDUCACIONAIS?

Amanda Moreira da Silva[31]

Não estamos aqui para falar dos problemas da educação com o intuito de causar desânimo. Muito pelo contrário. Nosso objetivo é compreender a realidade para transformá-la. Esse é o

[31] Professora Amanda possui graduação em Educação Física pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, mestrado e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, além de pós-doutorado em Sociologia do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde coordena pesquisas sobre trabalho docente, precarização e plataformização da educação. Destaca-se por sua produção acadêmica e atuação sindical em defesa da educação pública e dos trabalhadores da educação.

primeiro recado que gostaria de deixar. Quero agradecer à Comissão Organizadora da REDAP. É uma Rede da qual estou me aproximando agora, conhecendo melhor, com muita satisfação, por meio de tantos colegas. Sem dúvida, trata-se de uma iniciativa fundamental, especialmente no momento histórico que vivemos. Os desafios que temos para pensar a educação, e não apenas pensá-la, mas também intervir, dialogar com estudantes, profissionais da educação, movimentos sociais e sindicatos, exigem de nós cada vez mais articulação coletiva. O cenário que enfrentamos não é nada fácil.

Por isso, momentos como este são extremamente necessários. São espaços de construção coletiva que se materializam em eventos como este. Também quero saudar todos os presentes: estudantes de graduação, de pós-graduação, docentes e todas as pessoas que vieram de diferentes lugares. Quero dizer que estou muito feliz de estar na Bahia. Não tem como estar triste na Bahia. Tenho vindo com frequência ao estado nas últimas semanas. Estive há duas semanas em Vitória da Conquista e, na próxima semana, estarei novamente em Salvador. A Bahia tem me chamado neste momento, e isso me deixa muito feliz. É sempre uma enorme alegria estar aqui. Para iniciar nossa conversa, optei por organizar minha exposição a partir da proposta desta mesa e também em diálogo com as falas que serão feitas pelos colegas posteriormente. Nosso tema é *currículo, formação e precarização do trabalho docente: o que está em jogo com as contrarreformas educacionais*. É um tema extremamente amplo.

Cada expressão presente nesse título daria origem a uma mesa inteira de debates. O desafio, portanto, é escolher aquilo que considero mais relevante para nossa reflexão. O que apresentarei hoje resulta das pesquisas que venho desenvolvendo em meu grupo de pesquisa e dos estudos que realizo há mais de quinze anos sobre o trabalho docente. Esse é o meu principal campo de investigação. Por isso, concentrarei minha exposição nessa temática, sem deixar de abordar as reformas educacionais, as reformas curriculares, a formação dos futuros trabalhadores e trabalhadoras e a formação docente. São muitas questões que poderiam ser desenvolvidas. Por essa razão, organizei minha fala em três momentos.

No primeiro, tratarei da relação entre trabalho, educação e superexploração do trabalho no capitalismo dependente. Parto dessa discussão porque, para compreender todas as questões presentes no tema desta mesa, é indispensável entender a relação entre trabalho e educação. Precisamos compreender as transformações do mundo do trabalho neste século, as mudanças vividas pela classe trabalhadora, a perda de direitos e o avanço do capital sobre o trabalho. Só compreendendo esse cenário poderemos discutir educação, pois estamos formando trabalhadores e trabalhadoras.

Além disso, nós, docentes, também somos trabalhadores. Vivemos um mundo do trabalho em profunda transformação, ou melhor, em decomposição. Esse processo exige que compreendamos profundamente a realidade. Estamos falando de um país capitalista dependente, no qual as condições de

trabalho são muito mais difíceis para a classe trabalhadora, especialmente em razão da superexploração do trabalho.

Num segundo momento, entraremos mais diretamente na discussão sobre educação. Estamos completando praticamente dez anos do golpe de 2016. Foi um golpe parlamentar, jurídico e midiático que retirou uma presidenta da República, mas também promoveu um golpe trabalhista e um golpe educacional. As reformas educacionais implementadas desde então estão articuladas às transformações do mundo do trabalho. É fundamental analisar essa década de contrarreformas para compreender os desafios atuais. Essa década produziu mudanças que costumo chamar de mudanças de placas tectônicas na educação. Temos as contrarreformas educacionais, temos a plataformização da educação, que não surgiu com a pandemia, mas foi profundamente intensificada a partir da Covid-19 e implementada de forma muito mais intensa desde 2023. Estamos falando de um processo muito recente, mas extremamente nocivo para a educação. Temos também a inteligência artificial, que passou a impactar diretamente a educação.

Quando falo em educação, estou considerando tanto a Educação Básica quanto a Educação Superior, tanto pública quanto privada. Entretanto, diante do tempo disponível, preciso fazer um recorte. Hoje discutiremos prioritariamente a Educação Básica pública. É nela que estudam cerca de 82% dos filhos e filhas da classe trabalhadora brasileira. Esse será o foco principal da nossa análise. Outro tema indispensável é a financeirização da educação. Hoje esse processo atravessa de maneira brutal a

educação básica pública. Esse movimento já havia ocorrido anteriormente no ensino superior privado, desde a década de 1990, aprofundando-se nos anos 2000 com a formação das grandes *holdings* educacionais e a entrada das empresas de capital aberto nas bolsas de valores.

A Educação Superior privada passou a funcionar como uma grande indústria de venda de diplomas, de educação a distância e de pacotes educacionais. Hoje encontramos ofertas como "compre uma graduação e ganhe um curso de inglês", mensalidades de cinquenta ou cem reais e inúmeras estratégias mercadológicas. Estamos falando da valorização do capital por meio da financeirização da educação. Com a saturação desse mercado e as mudanças nas políticas de financiamento estudantil, especialmente no Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), esse processo começou a deslocar-se para a Educação Básica. Hodiernamente, assistimos o mesmo movimento de financeirização penetrando fortemente nas redes públicas de ensino. Precisamos compreender esse fenômeno. Muitas vezes sequer sabemos quem é o adversário que enfrentamos. Quando falamos de fundos de investimento, fundos de *private equity*[32], empresas de capital aberto e grandes grupos financeiros, nem sempre conseguimos visualizar concretamente quem controla esse processo. Mas ele está presente.

[32] O Private Equity (ou capital privado) é uma modalidade de investimento na qual fundos ou investidores institucionais compram participações em empresas que não são negociadas em bolsa de valores. O objetivo é reestruturar o negócio, melhorar a gestão ou expandir operações para vendê-lo com alto lucro anos depois

Por fim, no terceiro momento da exposição, tratarei especificamente da precarização do trabalho docente, que constitui meu principal objeto de pesquisa. Buscarei discutir como se apresenta hoje esse cenário no Brasil, quais são as tendências da precarização e de que maneira a plataformização aprofundou esse processo. Na verdade, ela radicaliza um movimento de precarização iniciado nas últimas décadas. Trata-se de uma precarização de novo tipo, que começa a ganhar força a partir dos anos 1990 e que encontra, na plataformização e na inteligência artificial, um novo patamar. As políticas de meritocracia, bonificação e controle do trabalho docente, fortemente influenciadas pelo empresariado e pelas agendas dos organismos internacionais, passam agora a ser operacionalizadas pelas plataformas digitais. As plataformas reorganizam, controlam e intensificam o trabalho docente, aprofundando um processo de precarização que já vinha sendo construído nas últimas décadas.

Os séculos passam e observamos que a exploração aumenta ou, no mínimo, mantém patamares extremamente elevados. Por isso apresento algumas imagens comparativas. De um lado, trabalhadores se alimentando ao lado das máquinas, mulheres submetidas a condições degradantes de trabalho, registros preservados pelo Museu da Revolução Industrial. De outro, imagens da classe trabalhadora contemporânea. Trabalhadores se alimentando com o *smartphone* na mão, que hoje é seu principal instrumento de trabalho. Sem espaço para descanso. Em condições extremamente precárias e insalubres. Homens e mulheres submetidos a jornadas intensas e contínuas.

Essas imagens servem apenas para estabelecer uma comparação inicial e fundamentar o ponto de partida da nossa discussão.

Faço essa introdução porque precisamos compreender o conceito de superexploração do trabalho. Esse conceito foi desenvolvido pela Teoria Marxista da Dependência, especialmente por Ruy Mauro Marini. Marini formula essa categoria para explicar que, nos países capitalistas dependentes, como o Brasil e outros países da América Latina, ou, se preferirmos outra denominação, do chamado Sul Global, a exploração assume características específicas. Há muitos geógrafos presentes, então deixo claro que utilizo aqui a perspectiva da periferia do sistema capitalista. Nesses países não existe apenas exploração do trabalho, característica geral do capitalismo. Existe superexploração. Ou seja, a força de trabalho é remunerada abaixo das condições necessárias para sua própria reprodução. É exatamente isso que encontramos no trabalho em plataformas digitais. Basta perguntar: em quais países as empresas de plataformas obtêm maior sucesso? Onde se concentra o maior número de trabalhadores de aplicativos? Nos países capitalistas dependentes. Embora também exista precarização nos países centrais, sobretudo desde a crise estrutural do capitalismo, iniciada nos anos 1970, é nos países dependentes que esse modelo encontra suas condições mais favoráveis de expansão. O controle do trabalho docente, das métricas, dos resultados e de todos esses mecanismos vem impactando ainda mais o cenário de precarização, intensificação do trabalho e adoecimento docente. Nesse terceiro momento, vamos tratar justamente dessas questões. Vamos lá.

Quando falamos hoje do mundo do trabalho, precisamos compreender esse trabalho como um trabalho inserido no sistema capitalista, um trabalho explorado. Infelizmente, não estamos falando do trabalho em seu sentido estritamente ontológico, como atividade constitutiva do ser social, que nos humaniza, que nos torna humanos, que nos diferencia dos demais animais e transforma nossas relações sociais. Não é desse trabalho que estamos tratando. Falamos do trabalho alienado, do trabalho transformado em mercadoria, do trabalho explorado, do trabalho abstrato, cuja força de trabalho é vendida no mercado. Evidentemente, quando discutimos o trabalho docente, precisamos fazer as devidas mediações. Mas, ao falar do trabalho de forma geral, é desse trabalho que estamos tratando.

Ao longo dos séculos, dentro do sistema capitalista, o trabalho foi se transformando. Com o avanço tecnológico, com o passar dos séculos, dos anos e das décadas, e com os processos de reestruturação produtiva, observamos que esse avanço tecnológico não significou a redução do tempo de trabalho. Também não significou a diminuição da intensificação do trabalho, embora esse pudesse ser um caminho esperado. Mas não foi isso que aconteceu. Vivemos um avanço tecnológico sem precedentes e, ao mesmo tempo, um aumento muito significativo da exploração do trabalho. Quando apresento essa comparação, não se trata de uma analogia superficial. Trago duas obras apenas para ilustrar esse processo. A primeira é *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* de Engels (1846). Não sei se todos conhecem essa obra, mas considero um livro central e fundamental para professores e pesquisadores. Ele demonstra

a situação vivida pela classe trabalhadora em Manchester, no início da Revolução Industrial, quando já havia um importante avanço tecnológico nas fábricas têxteis. Entretanto, esse avanço convivia com condições de trabalho extremamente degradantes e desumanas.

Havia trabalho infantil. Crianças de cinco anos trabalhavam porque determinadas máquinas exigiam exatamente a estatura das crianças. Mulheres grávidas trabalhavam até o momento do parto, muitas vezes dando à luz no próprio ambiente das máquinas, pois sequer existiam licenças ou qualquer proteção social. A força de trabalho era considerada inapta por volta dos trinta e quatro anos de idade. Nessa idade, muitos trabalhadores já estavam mutilados ou profundamente adoecidos, incapazes de continuar trabalhando. As jornadas chegavam a dezoito horas por dia. Essa era a realidade daquele período. Quando avançamos para os dias atuais, sem estabelecer uma comparação mecânica entre tempos históricos distintos, percebemos processos de exploração que, em muitos aspectos, se aproximam daqueles vividos no século XIX.

Quando analisamos os trabalhadores de plataformas digitais, encontramos jornadas de dezesseis a dezoito horas diárias. Quando observamos as condições insalubres de trabalho, vemos trabalhadores se alimentando em meio ao próprio trabalho, como ocorria durante a Revolução Industrial. Quando analisamos adoecimento e mortes, encontramos novamente um cenário extremamente preocupante. As pesquisas sobre trabalhadores de plataformas mostram índices elevadíssimos de mortes no trânsito.

Somente na cidade de São Paulo, em média, morrem diariamente cerca de 1,3 entregadores motociclistas. São trabalhadores muito jovens. Como esse modelo de trabalho é relativamente recente, ainda não conhecemos seus impactos de longo prazo. Entretanto, já observamos um enorme impacto sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), decorrente do adoecimento, dos acidentes e das incapacidades produzidas por esse tipo de trabalho. Logo, estamos diante de uma mudança importante. Não são trabalhadores concentrados dentro de uma fábrica.

São trabalhadores do setor de serviços, profundamente afetados pela lógica contemporânea do mundo do trabalho. Esse é apenas um exemplo. Poderíamos mencionar muitos outros, como a escala 6x1, que se tornou uma questão central no debate nacional. A proposta de extinção dessa escala foi aprovada na Câmara dos Deputados e ainda precisa ser apreciada pelo Senado.

Independentemente do resultado legislativo, a escala 6x1 expressa de maneira muito clara a superexploração do trabalho em um país capitalista dependente como o Brasil. Ela representa um dos pontos mais elevados dessa exploração. Quando analisamos essa realidade, encontramos jornadas extenuantes, trabalhadores que sequer dispõem de tempo mínimo para conviver com suas famílias, descansar ou usufruir de momentos de lazer. Praticamente não existe vida para além do trabalho. Faço essa introdução porque precisamos compreender o conceito de superexploração do trabalho. Esse conceito foi desenvolvido pela Teoria Marxista da Dependência,

especialmente por Ruy Mauro Marini. O autor formula essa categoria para explicar que, nos países capitalistas dependentes, como o Brasil e outros países da América Latina, ou, se preferirmos outra denominação, do chamado Sul Global, a exploração assume características específicas. Nesses países não existe apenas exploração do trabalho, característica geral do capitalismo. Existe superexploração. Ou seja, a força de trabalho é remunerada abaixo das condições necessárias para sua própria reprodução.

Os países europeus e os Estados Unidos viveram, ao longo do século XX, a experiência do Estado de Bem-Estar Social. A classe trabalhadora conquistou importantes direitos, fruto de muita luta. Nada foi concedido espontaneamente. Essas conquistas também podem ser compreendidas como uma resposta do capitalismo ao impacto da Revolução Russa e da União Soviética. Entretanto, a partir da década de 1970, também os países centrais passaram a experimentar processos de precarização. Autores como Ricardo Antunes, Ruy Braga e outros estudiosos da sociologia do trabalho utilizam o conceito de precariado para caracterizar esse segmento mais jovem da classe trabalhadora que já não alcança as condições de vida experimentadas pela geração anterior, durante o período do Estado de Bem-Estar Social e do fordismo.

Desde os anos 1970 consolida-se, em escala mundial, uma tríade profundamente perversa para o trabalho. Primeiro, o neoliberalismo. Segundo, a reestruturação produtiva, marcada pela crise do fordismo e pela ascensão do toyotismo. Terceiro, a hegemonia do capital financeiro. Essa tríade transformou

profundamente o mundo do trabalho. Se seus efeitos foram intensos nos países centrais, tornam-se ainda mais profundos nos países capitalistas dependentes. No Brasil, não estamos falando do surgimento de um novo precariado, como ocorreu em parte da Europa. Aqui a superexploração sempre foi a regra. A informalidade sempre foi elevada. O desemprego estrutural sempre foi elevado. O exército industrial de reserva sempre foi gigantesco. Os direitos trabalhistas sempre foram limitados. Assim, quando essa tríade se consolida no Brasil, especialmente a partir dos anos 1990, o que já era ruim torna-se ainda pior. A precarização, que já era estrutural, aprofunda-se. E isso nos leva diretamente ao tema da educação.

Se a educação forma a força de trabalho e essa força de trabalho será inserida em um mercado caracterizado pela superexploração, que tipo de trabalhador está sendo formado? Chegando às contrarreformas educacionais mais recentes, precisamos compreender que a educação já não se organiza prioritariamente em torno da formação intelectual e da apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade. Hoje ganha centralidade aquilo que alguns autores denominam educação das emoções. Por quê? Porque é preciso formar um trabalhador adaptado à nova dinâmica de um mercado cada vez mais precário. Um trabalhador individualizado, sem perspectiva coletiva, sem organização sindical e sem horizonte político. É preciso formar sujeitos adaptados ao apassivamento.

A chamada educação das emoções, desenvolvida por diferentes autores da sociologia das emoções, ganha enorme

importância nesse contexto. Mas essa preocupação não é propriamente nova. Gramsci já discutia essa questão quando analisava o americanismo e o fordismo. Mostrava como a classe dominante atribuía enorme importância à educação na formação de corpos disciplinados e de um novo nexo psicofísico compatível com as exigências do trabalho.

Hoje observamos uma reformulação desse processo. Vivemos aquilo que alguns autores chamam de capitalismo emocional. A subjetividade torna-se um elemento central do neoliberalismo. A educação passa a produzir sujeitos compatíveis com esse novo mundo do trabalho, representado, entre outros exemplos, pelo trabalho em plataformas digitais. Assim, cresce a ênfase nas chamadas competências socioemocionais. Todos sofrem com o trabalho. O trabalho produz sofrimento e adoecimento. O Brasil apresenta índices elevadíssimos de *burnout*. As diferentes categorias profissionais adoecem. Os afastamentos do trabalho aumentam continuamente. Diante desse cenário, a resposta apresentada não é transformar as condições objetivas de trabalho. A proposta é educar a subjetividade. Ensinar resiliência. Ensinar adaptação. Ensinar conformação.

Para tanto, as competências socioemocionais deslocam para o indivíduo a responsabilidade por enfrentar problemas que são estruturalmente sociais. Ao invés da organização coletiva e da luta por direitos, individualizam-se os problemas. Se tudo está ruim, a responsabilidade passa a ser exclusivamente do indivíduo, que deve melhorar sozinho sua condição de existência sem adoecer, tolerando permanentemente a pressão e

o estresse. É nesse contexto que disciplinas como Projeto de Vida passam a ocupar lugar central no currículo. O empreendedorismo também assume enorme protagonismo. Mas não se trata do empreendedorismo associado à criação de empresas. Trata-se do empreendedorismo de si mesmo. Cada pessoa deve transformar-se em empresária de si própria, administrar o próprio tempo e assumir integralmente a lógica da auto exploração.

Essa ideia é profundamente perversa porque muitos trabalhadores passam a enxergá-la como algo positivo. No trabalho em plataformas, por exemplo, muitos afirmam que não possuem patrão. A figura tradicional do patrão desaparece, substituída pela ilusão de que cada trabalhador controla o próprio tempo. Na realidade, trabalha-se muito mais e ganha-se muito menos do que em um emprego formal. Mesmo assim, essa lógica produz forte adesão. Nas escolas isso já aparece claramente. Professores da educação básica certamente já ouviram alunos utilizarem a expressão "ser CLT" de forma pejorativa. A carteira assinada transformou-se quase em motivo de piada. Esse fenômeno revela a profundidade da ideologia empreendedora. Jovens oriundos de famílias extremamente empobrecidas passam a acreditar que se tornarão empreendedores de sucesso, bastando esforço individual. Essa lógica vem acompanhada da educação financeira, hoje amplamente difundida nas escolas.

A própria B3, por meio de seus projetos sociais, desenvolve programas de educação financeira voltados para a Educação Básica. Seu lema resume bem essa perspectiva:

"poupar, empreender e investir". Ensina-se ao trabalhador que nada possui a poupar aquilo que não tem e a investir aquilo que jamais acumulou. Enquanto isso, políticas públicas acabam reforçando essa mesma racionalidade. O *iFood*, por exemplo, empresa que simboliza a precarização do trabalho no Brasil, participa diretamente de debates sobre educação. Representantes da empresa já integraram discussões sobre a reforma do Ensino Médio e sobre itinerários formativos, apresentando suas próprias concepções de educação. Esse fato revela o grau de influência que grandes empresas passaram a exercer sobre a definição das políticas educacionais brasileiras.
Falando de empresas predatórias do ponto de vista da exploração do trabalho, que, ao mesmo tempo, hoje são mantenedoras do Todos pela Educação. O *iFood* está lá, a B3, a Bolsa de Valores, também. Então, é preciso pensar essas reconfigurações.

E aí, portanto, a gente está diante, nesse segundo momento, dessas mudanças de placas tectônicas na relação entre trabalho e educação nesta década. Estamos falando, lá em seus primórdios, entre 2016 e 2017, da apresentação da Reforma do Ensino Médio como a primeira grande reforma do campo do trabalho. Ela não pode ser lida apenas como uma reforma educacional. A Reforma do Ensino Médio é, sobretudo, uma reforma laboral. Ela propõe mudanças profundas para o mundo do trabalho. Não por acaso, ela foi apresentada por meio da Medida Provisória nº 746, antes da Reforma Trabalhista, antes da Lei da Terceirização e de forma concomitante à PEC do Teto de Gastos, que propôs congelar por vinte anos os investimentos em

saúde, educação e áreas sociais. Portanto, estamos diante não apenas de reformas, mas de um período marcado por uma intensa política de austeridade. Falávamos agora há pouco sobre isso, a partir de Clara Mattei e de outros autores que analisam a relação entre austeridade e fascismo, mostrando como esses processos vêm impactando economias no mundo inteiro.

No Brasil não foi diferente. Esses últimos dez anos também foram marcados pelo avanço do neofascismo, pela eleição de Bolsonaro à Presidência da República e pelo crescimento da extrema direita. A austeridade compõe esse cenário. Nesse contexto, a Bolsa de Valores aparece ocupando um lugar central.

Em cada apresentação que faço, esse funil incorpora novos elementos, o que é bastante preocupante. Hoje estamos vendo escolas sendo leiloadas na Bolsa de Valores, como ocorreu recentemente no Paraná e em Minas Gerais, para serem administradas por fundos de investimento durante vinte anos. É um processo de longo prazo que vem se consolidando, especialmente em estados como Minas Gerais, Paraná e São Paulo, protagonistas desse processo de financeirização da Educação Básica. Nesse mesmo período, surgem também a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Base Nacional para a Formação de Professores(BNC-Formação), compondo um verdadeiro conjunto de políticas voltadas para definir que tipo de formação humana se deseja construir.

Trata-se da formação de futuros trabalhadores que ingressarão em um mercado marcado pela Reforma Trabalhista, pela ampliação da terceirização e pelo avanço da

plataformização do trabalho. A plataformização também faz parte desse cenário recente. Estamos falando de um fenômeno com cerca de quinze anos. Uber e Airbnb, consideradas as primeiras grandes empresas de plataforma, surgiram no Vale do Silício entre 2009 e 2010. Em apenas quinze anos produziram impactos enormes sobre o mundo do trabalho, ampliando seus capitais em uma velocidade jamais vista.

Temos, ainda, a entrada massiva das plataformas digitais, da inteligência artificial e, mais recentemente, a partir de 2024, de políticas governamentais que se apresentam como iniciativas de valorização da educação. Ontem mesmo, observei que Salvador está repleta de *outdoors* divulgando as supostas maravilhas da educação na Bahia. As propagandas destacam centenas de escolas em tempo integral, professores valorizados e outros indicadores, compondo um discurso baseado em métricas e em uma concepção empresarial de qualidade.

Ao mesmo tempo, programas recentes acabam aprofundando essa lógica, como o Pé-de-Meia, o Mais Professores e a Carteira Nacional Docente. A Carteira Nacional Docente é apresentada como uma política de valorização, mas, na prática, tende a aprofundar o endividamento da categoria, que já vive uma situação bastante preocupante. Fala-se em descontos, benefícios e vantagens. Mas como isso resolve a realidade de um professor que mal recebe o piso salarial? As campanhas do Ministério da Educação sobre essa carteira são impressionantes do ponto de vista ideológico. Elas dizem, por exemplo: "*Professor, você está cansado, está adoecido? A carteira lhe dará descontos em hotéis, em farmácias*". É uma inversão completa

da lógica. Em vez de discutir piso salarial, carreira, condições de trabalho e valorização profissional, apresentam-se medidas paliativas. O mesmo acontece com outros programas. O Pé-de-Meia, por exemplo, não pode ser entendido apenas como uma política de permanência escolar. Ele também constitui um processo de financeirização da juventude. Os estudantes passam a ser obrigados a abrir contas bancárias, são incentivados à lógica dos investimentos e da educação financeira. A mensagem é: poupe, invista, aplique seus recursos, inclusive no Tesouro Educa+. Há toda uma racionalidade sendo construída que merece muito mais debate.

Entrando agora no terceiro momento da exposição, gostaria de tratar da precarização do trabalho docente, tema central das pesquisas que venho desenvolvendo. Talvez este seja hoje um dos maiores problemas da educação brasileira. Estamos falando de uma categoria composta por cerca de 2,2 milhões de professores na educação básica, sendo mais de 1,8 milhão apenas na rede pública. É uma categoria profundamente empobrecida, altamente endividada e que, nas redes estaduais, já possui mais professores temporários do que efetivos.

A precarização do trabalho docente assume diversas formas. Ela não é homogênea. Uma das expressões que proponho, desenvolvida a partir da minha tese de doutorado, é a ideia de **precariado professoral**. Faço aqui uma adaptação do conceito de precariado, utilizado pela sociologia europeia, realizando as mediações necessárias para compreender a realidade brasileira. Não estamos falando exatamente do mesmo precariado existente nos países centrais. Mas podemos utilizar

esse conceito para compreender que uma parcela significativa dos professores das escolas públicas vive hoje em condições típicas do precariado.

O precariado caracteriza-se pela ausência de vínculos estáveis, pela inexistência de perspectiva de carreira, pela insegurança permanente, pela ausência de estabilidade material e psicológica e pela incerteza em relação ao futuro. Essa categoria se aplica aos professores brasileiros, especialmente aos temporários. E isso não é algo secundário. *O que significa ser professor temporário? O que significa ser trabalhador temporário na educação?* A educação exige continuidade, acompanhamento, pertencimento à comunidade escolar e construção de vínculos. Entretanto, impõe-se uma lógica de itinerância, contratos curtos, normalmente de um ou dois anos, renováveis ou não, como ocorre com os contratos dos ACTs, os Admitidos em Caráter Temporário. Esses trabalhadores vivem permanentemente sob insegurança. Essa insegurança aumenta o adoecimento, amplia as possibilidades de assédio institucional e produz maior submissão às políticas impostas pelas redes de ensino. São profissionais que, muitas vezes, não se sindicalizam porque os sindicatos nem sempre representam adequadamente os trabalhadores temporários.

Também acabam tendo menor perspectiva de organização coletiva e maior tendência a aceitar as reformas e as políticas em vigor do que um professor efetivo, que, teoricamente, possui possibilidades um pouco maiores de resistência. É exatamente desse processo que estamos falando. E esse precariado professoral, representado principalmente pelos

docentes temporários, não se limita aos professores temporários. Temos também a figura do professor eventual, cuja situação é ainda mais grave. Não sei exatamente como essa modalidade se organiza aqui em Salvador ou na Bahia, mas, em geral, o professor eventual é uma figura criada há décadas para suprir a ausência dos professores efetivos nas escolas. Ele atua para enfrentar um problema muito presente na educação, o chamado absenteísmo, isto é, a ausência cotidiana ao trabalho, muitas vezes motivada por adoecimento, especialmente por problemas de ordem psíquica.

São professores que acordam pela manhã sem condições de trabalhar porque estão sofrendo e, por isso, faltam ao trabalho. Esse cenário é muito frequente nas redes públicas brasileiras. Foi então criada a figura do professor eventual. Ele não é um professor temporário, pois não possui um contrato de um ou dois anos. É um trabalhador chamado apenas quando necessário. Em São Paulo, essa figura existe desde a década de 1990. Em outros estados recebe nomes diferentes, mas cumpre função semelhante.

O professor eventual sequer possui remuneração fixa. Ele não recebe um salário mensal decorrente de um contrato, como ocorre com os professores contratados por tempo determinado. Sua remuneração depende exclusivamente das aulas que efetivamente ministra. Ele permanece disponível para uma ou mais escolas de determinada região, cadastrado na Secretaria de Educação. Quando um professor falta, ele é convocado para substituí-lo.

Há diferentes modalidades de professor eventual. Em alguns casos, substitui apenas disciplinas de sua área de formação. Em outros, assume qualquer disciplina disponível, independentemente de sua formação. Basta faltar um professor para que ele entre em sala de aula, o que representa uma profunda descaracterização do trabalho docente. Em São Paulo, essa figura chegou inclusive a receber, de forma pejorativa, o nome de "professor tapa-buraco", cuja função é simplesmente impedir que os estudantes permaneçam sem aula ou espalhados pelos corredores da escola. Esse professor não sabe quanto receberá ao final do mês. Sua remuneração depende exclusivamente do número de aulas ministradas. Isso representa uma verdadeira uberização da educação. Mesmo antes da existência da Uber, esse modelo já estava presente na rede estadual de São Paulo desde os anos 1990. Portanto, estamos diante desse primeiro elemento da precarização, que denomino precariado professoral. São trabalhadores itinerantes, que passam de uma escola para outra, encerram contratos e iniciam novos, convivem com assédio institucional e permanecem submetidos a uma permanente insegurança.

Diante desse cenário, pode parecer, então, que os professores concursados estariam em situação muito melhor. Afinal, possuem estabilidade, não podem ser demitidos facilmente e contam com maior possibilidade de organização sindical. Mas não é exatamente isso que acontece. A precarização também atinge fortemente os professores efetivos. Ela se manifesta por meio da ampliação das jornadas, do não

pagamento do piso salarial, da necessidade de acumular diversos vínculos de trabalho.

Muitos professores trabalham em duas redes públicas, lecionam em instituições privadas e ainda recorrem a outras atividades, como dirigir para aplicativos, para obter uma renda compatível com uma vida minimamente digna. Há redes de ensino, como a do Rio de Janeiro, que chegaram a pagar pouco mais de mil reais aos professores. É impossível sobreviver apenas com esse salário. Por isso, muitos precisam acumular diversos contratos de trabalho. Essa realidade intensifica o adoecimento e obriga o professor a atuar simultaneamente em diferentes escolas.

No caso do Rio de Janeiro, existe ainda a chamada GLP, Gratificação por Lotação Prioritária, que funciona como um mecanismo de ampliação da jornada. Nessa rede há relativamente poucos professores temporários, mas os efetivos acabam desempenhando um trabalho muito semelhante ao dos temporários. Um professor concursado, contratado para uma jornada de dezesseis horas semanais, pode ampliar essa carga até setenta e duas horas. No entanto, esse tempo adicional não gera novos direitos trabalhistas. Ele recebe apenas pelas aulas ministradas. Na prática, trata-se de uma forma de trabalho temporário exercida por um professor efetivo. O Estado sequer precisa contratar temporários, pois utiliza os próprios concursados para suprir essa demanda.

Temos, portanto, uma precarização intensa também entre os efetivos. Muitas vezes se imagina que esses professores enfrentariam com mais facilidade esse processo, por serem

sindicalizados e possuírem estabilidade. Mas não. Um professor que trabalha setenta e duas horas semanais por meio dessas gratificações encontra-se tão submetido à precarização quanto um temporário. Se houver uma greve, por exemplo, ele dificilmente participará, pois pode perder as horas extras que complementam sua renda. Assim, permanece preso à mesma lógica. Além disso, frequentemente lhes são oferecidas atividades vinculadas à fundações, institutos e empresas privadas que atuam dentro das escolas.

O professor, profundamente precarizado, recebe o convite para desenvolver projetos da Fundação Roberto Marinho, do Instituto Ayrton Senna e de outras organizações. Em troca, amplia sua jornada e obtém uma remuneração complementar. Muitos aceitam imediatamente. Eu mesmo vivi essa experiência. Antes de ingressar como professora da UERJ, trabalhei nas redes estadual e municipal do Rio de Janeiro e enfrentei condições extremamente precárias, lecionando em três ou quatro escolas simultaneamente com uma matrícula de apenas dezesseis horas. Cheguei a trabalhar em quatro escolas diferentes. Precisava sair de uma para outra para completar minha carga horária, sobretudo quando o Estado fechou uma das escolas onde eu atuava. Lembro-me de procurar a Secretaria de Educação dizendo que não havia condições de trabalhar daquela forma.

Como seria possível lecionar em cinco escolas, deslocando-me continuamente, sem construir vínculo com nenhuma comunidade escolar? Naquele momento, ofereceram-me trabalhar no chamado Programa Autonomia. Os nomes

também fazem parte do léxico empresarial. O Programa Autonomia, desenvolvido pela Fundação Roberto Marinho, consistia basicamente na utilização do Telecurso 2000 dentro das escolas para acelerar a aprendizagem dos estudantes em defasagem idade-série. Eu não aceitei. Mas muitos professores aceitaram. Minha pesquisa de mestrado tratou exatamente desse programa. Ao entrevistar esses docentes, ouvi de alguns a seguinte afirmação: "Professora, eu gosto de trabalhar no Programa Autonomia. Não porque concorde com a metodologia da Fundação, mas porque aqui eu descanso". Essa resposta me marcou profundamente.

Por que eles diziam que descansavam? Porque a aula era transmitida pela televisão. O professor apenas fazia a mediação. Não precisava preparar aulas, elaborar materiais ou realizar o planejamento pedagógico. Percebam como a lógica se inverte. O professor encontra-se tão precarizado que passa a enxergar como vantagem uma forma de trabalho que reduz sua autonomia pedagógica. Esse cenário é extremamente preocupante. Estamos diante da formação de um professor subjetivamente adaptado. Precariza-se continuamente o trabalho docente. E, diante dessa precarização, apresenta-se como solução um modelo empresarial, privatista, baseado em metodologias empobrecidas e em uma educação esvaziada de sentido. Essa passa a ser a resposta oferecida para a crise do trabalho docente. Precisamos compreender esse processo em todas as suas nuances.

Temporários, efetivos e professores envolvidos em projetos privatistas vivem hoje um processo de adoecimento sem precedentes. Na década de 1990, os principais afastamentos

decorriam de problemas de voz e lesões por esforço repetitivo. Hoje predominam os transtornos psíquicos. Síndrome do pânico, depressão, síndrome de *burnout*. Essas são atualmente as principais causas de afastamento docente. O absenteísmo cresce continuamente.

Mas cresce também outro fenômeno: o presenteísmo. Ao contrário do absenteísmo, o presenteísmo ocorre quando o professor vai trabalhar mesmo estando adoecido. Isso acontece porque, dentro das lógicas meritocráticas, faltar ao trabalho significa prejudicar os indicadores da escola. O próprio colega passa a responsabilizar quem falta por comprometer as metas que garantiriam bonificações ou gratificações. Assim, muitos professores comparecem à escola apenas com o corpo. Estão presentes fisicamente, mas já não conseguem dedicar-se verdadeiramente ao trabalho.

Tudo isso produz uma profunda perda de sentido do trabalho docente. Quando falamos do aprofundamento da alienação do trabalho, é exatamente disso que estamos tratando. Alienação significa a separação entre quem concebe e quem executa. Hoje o professor é chamado apenas para executar. Já não é considerado alguém que concebe a educação. Por isso o empresariado critica tão fortemente as universidades públicas. As universidades ainda preservam espaços de reflexão política e de formação crítica. Mas, para a lógica da Base Nacional Comum Curricular e da Reforma do Ensino Médio, isso deixa de ser necessário. O que se busca é um professor executor. Um professor que apenas preencha plataformas, aplique materiais

produzidos por empresas e execute propostas elaboradas por organismos internacionais, como a OCDE e o Banco Mundial.

Esse processo produz uma enorme perda de sentido do trabalho. E essa perda de sentido adoece. Quando o trabalhador deixa de reconhecer significado naquilo que faz, instala-se um profundo processo de sofrimento. Por isso afirmo que as tendências de precarização do trabalho docente, intensificadas a partir de 2016, precisam ser seriamente discutidas. Infelizmente, muitas das tendências que identifiquei em minha tese já se materializaram, entre elas a terceirização do trabalho docente.

As contrarreformas do trabalho docente, intensificadas a partir de 2016, precisam ser discutidas porque têm impactado profundamente a educação. Eu já apontava isso na minha tese e, infelizmente, algumas dessas tendências acabaram se concretizando. Uma delas é a terceirização do trabalho docente. Como eu mencionei anteriormente, há o exemplo do leilão das escolas, que supostamente trata apenas da gestão administrativa e não do processo pedagógico, como se fosse possível separar essas duas dimensões.

Ainda não existe, no Brasil, uma terceirização ampla do trabalho docente, mas há tentativas concretas. E, considerando a velocidade com que a educação vem sendo transformada, é bastante provável que, em pouco tempo, tenhamos um cenário muito mais amplo de terceirização e de pejotização. Em 2017, a prefeitura de Angelina, em Santa Catarina, publicou um edital para contratar professores como pessoa jurídica.

Tratava-se de um leilão invertido. O edital previa, por exemplo, a contratação de dois professores de Educação Física

com um valor inicial de remuneração, mas seria contratado quem oferecesse o menor preço. Para participar, o candidato precisava constituir uma empresa. Esse edital sofreu forte resistência dos sindicatos e dos movimentos sociais e acabou sendo retirado. Em seu lugar, foi realizado concurso público para preencher essas vagas. Mesmo assim, trata-se de uma tendência preocupante: contratar professores como se fossem prestadores de serviço, por meio de leilões.

Outro exemplo foi a tentativa de criação do chamado "Uber da Educação", em Ribeirão Preto, em 2015. O projeto não chegou a ser implementado justamente porque houve resistência. O funcionamento seria simples: quando um professor faltasse, outro receberia uma notificação no aplicativo, teria trinta minutos para aceitar a convocação e uma hora para chegar à escola. Ou seja, a única novidade era o aplicativo. A lógica do trabalho eventual permanecia a mesma. Essas experiências não prosperaram, mas revelam tendências que passaram a aparecer com mais força a partir de 2016.

Outro dado importante diz respeito ao crescimento da contratação temporária de professores nas redes estaduais. Apresentei um gráfico mostrando a evolução entre 2013 e 2023 justamente porque 2023 marca uma inversão histórica. Até então, os professores efetivos eram maioria. Em 2013 havia cerca de 68% de efetivos e aproximadamente 31% de temporários. Em 2023 essa situação se inverte: os temporários passam a representar cerca de 51,6%, enquanto os efetivos caem para aproximadamente 46,5%. Os percentuais não totalizam 100%

porque existem outras formas de contratação, como CLT e terceirização.

O fato central é que ocorreu uma inversão extremamente preocupante. Quando analisamos os estados, encontramos realidades distintas. A Bahia, por exemplo, aparece com cerca de 7% de temporários, assim como o Rio de Janeiro. Já estados como Minas Gerais e Tocantins apresentam percentuais muito mais elevados. Mas esses números precisam ser analisados com cuidado. Um baixo percentual de temporários não significa necessariamente valorização docente. Em muitos casos, significa simplesmente que o trabalho dos professores efetivos foi intensificado a níveis insustentáveis, aproximando suas condições das vividas pelos temporários. Também não é possível falar de precarização do trabalho docente sem discutir a plataformização. Foi justamente esse o tema do meu pós-doutorado. A partir de 2023, observamos uma intensificação muito forte desse processo, configurando um novo patamar de precarização. As plataformas ampliam simultaneamente a precarização objetiva e subjetiva do trabalho. Elas produzem uma jornada permanente. O professor, praticamente, deixa de ter tempo de descanso. Hoje quase não existe vida para além do trabalho.

Os *smartphones* tornaram-se uma extensão do nosso corpo, das nossas mãos e da nossa atividade profissional. Estamos permanentemente conectados ao trabalho. As plataformas multiplicam as microtarefas e produzem aquilo que denomino docência ubíqua. Ou seja, uma docência que acontece em todos os tempos e lugares. Não existe mais um tempo

claramente separado do trabalho. O professor está viajando e continua trabalhando. Está em casa e continua trabalhando. Está em qualquer outro espaço e continua pensando nas tarefas profissionais. As plataformas aumentam a pressão, o controle, a responsabilização e a invasão da vida privada.

Produzem também uma cultura *workaholic*[33], do vício no trabalho. Os professores têm sido profundamente impactados por esse processo. Ao mesmo tempo, ampliam-se os mecanismos de vigilância e punição. Há uma adaptação forçada ao *grafocentrismo*[34] digital. Nem todos possuem familiaridade com inteligência artificial, plataformas digitais ou novas tecnologias. A categoria docente é envelhecida. Muitos professores não passaram pelas intensas transformações tecnológicas das últimas décadas e encontram enormes dificuldades para acompanhar essas mudanças, sofrendo profundamente com isso. Além disso, quanto mais o trabalho é individualizado e deslocado para dentro das casas, mais se enfraquecem os espaços coletivos de convivência e organização política. Um exemplo bastante conhecido dessa lógica é Ricardo Feder, ex-secretário de Educação do Paraná e atual secretário da maior rede pública do país, a rede estadual de São Paulo.

[33] O *workaholic* (ou vício em trabalho) é uma compulsão crônica caracterizada pela obsessão incontrolável em trabalhar longas jornadas e exceder as expectativas. Diferente da dedicação saudável, o *workaholic* sente culpa ao descansar e usa o trabalho como fuga para lidar com ansiedade, insegurança ou cobranças internas

[34] Grafocentrismo é o viés cultural, linguístico e interpretativo que privilegia a palavra escrita ou impressa sobre a fala (oralidade) ou outras formas de comunicação.

Ele (Feder) representa aquilo que há de mais perverso em termos de plataformização, responsabilização e meritocracia. Além disso, é acionista de uma empresa de tecnologia utilizada nas escolas públicas, o que evidencia a estreita relação entre interesses privados e políticas educacionais. Em um *podcast* voltado à educação financeira, ele afirma que seus gestores possuem metas mínimas de desempenho. Se não aumentarem os indicadores em pelo menos 0,2 ponto por ano, são substituídos. Percebam o significado disso. A gestão democrática simplesmente desaparece. O que prevalece é uma lógica profundamente autoritária. Ele afirma também que o professor recebe tudo pronto: o livro, a prova, a lição de casa, a formação continuada. Tudo já elaborado. Segundo ele, isso seria algo positivo. O professor torna-se apenas um executor.

Outro exemplo é o pagamento de bônus individualizados. Segundo ele, foram pagos bônus para 157 mil professores, todos com valores diferentes. Imaginem o impacto disso dentro de uma escola. Professores recebendo bonificações diferentes. Escolas premiadas. Escolas punidas. Escolas classificadas como boas ou ruins. Tudo isso aprofunda as desigualdades educacionais e naturaliza essa lógica competitiva. Mas é importante afirmar que também existe resistência. Não podemos construir uma leitura de que não há saída. Existe um documentário chamado *Futuro da Sala*[35], produzido pela

[35] O Futuro da Sala: a plataformização da Educação do Paraná e de São Paulo em debate (Portal Educação UFPR) O documentário foi produzido por Renata Peres Barbosa, com roteiro e direção de Lucas Barbosa e Guilherme Ferreira, e reúne depoimentos de professores, pedagogos, diretores e pesquisadores sobre

professora Renata Perez, da Universidade Federal do Paraná, que recomendo fortemente. O documentário reúne depoimentos de professores do Paraná e de São Paulo que vivenciam diretamente a plataformização do trabalho docente. Ali aparecem tanto os processos de adoecimento quanto as formas de resistência construídas pelos próprios professores.

Os dados sobre saúde também são extremamente preocupantes. Somente em São Paulo há, em média, noventa e cinco afastamentos diários de professores por problemas relacionados à saúde mental. Hoje os docentes constituem a terceira categoria profissional com maior número de afastamentos por transtornos mentais no Brasil. Para concluir, retomo a discussão sobre a escala 6x1. Quando falamos da superexploração do trabalho em geral, precisamos trazer esse debate também para a educação. Precisamos defender a existência de vida para além do trabalho docente. Precisamos construir uma educação baseada em outra organização do tempo, diferente daquela imposta pela privatização e pela plataformização.

Hoje ocorre uma verdadeira expropriação do tempo do professor. A atividade docente tornou-se praticamente impossível de ser realizada com qualidade, porque o professor sequer dispõe de tempo para planejar. A redução da jornada de

os impactos da plataformização da educação nas redes estaduais do Paraná e de São Paulo. Link: https://www.youtube.com/watch?v=aegp-s3_0Cs.

trabalho docente é urgente. Também é urgente defender a dedicação exclusiva, acompanhada de remuneração compatível. Não é possível pensar uma educação de qualidade sem que o professor possa dedicar-se integralmente a uma única instituição, criar vínculos com sua comunidade escolar e participar efetivamente do processo educativo. A itinerância docente não combina com educação. Mas, para a lógica dominante das atuais políticas educacionais, isso pouco importa. O objetivo é formar executores. Nessa lógica, um professor itinerante atende perfeitamente aos interesses do capital.

A expropriação do conhecimento docente e a intensificação do trabalho tornaram-se objetivos estratégicos do capital. O tempo não pode continuar sendo um mecanismo de subordinação, intensificação e controle do trabalho. Precisa voltar a ser um tempo comprometido com a educação. Os desafios colocados para nós são enormes.

Como enfrentar esse processo? Demonstrando o adoecimento da categoria, mas mostrando igualmente as formas de resistência e aquilo que os professores têm feito para enfrentar esse cenário. Sobre o adoecimento, trago alguns dados que não vou aprofundar agora, mas depois posso compartilhar esses slides com vocês. São dados muito preocupantes. São Paulo registra uma média de 95 afastamentos por dia por problemas relacionados à saúde mental. Os professores constituem hoje a terceira categoria profissional com maior número de afastamentos por transtornos mentais no Brasil. São informações bastante preocupantes, que infelizmente não teremos tempo de aprofundar. Itinerância e educação não combinam. Mas, para a

política educacional atualmente dominante, isso pouco importa. O objetivo é formar executores. Para executar, basta ser um professor itinerante. A expropriação do conhecimento docente e a intensificação do trabalho transformaram-se em objetivos estratégicos do capital. O tempo não pode continuar sendo um mecanismo de subordinação, intensificação e controle do trabalho. Precisa voltar a ser um tempo comprometido com a educação. Nesse sentido, temos muitos desafios.

O principal deles é a resistência. Como enfrentar tudo isso? A proposta não é que todos saiam deste auditório deprimidos, voltem para casa chorando ou desistam da profissão. De forma alguma. A proposta é que nos organizemos coletivamente, em espaços como este, para debater essas questões. Compreender os processos de plataformização e financeirização da educação, que sustentam as contrarreformas, tornou-se uma tarefa de cada professor, de cada futuro professor e de cada pesquisador comprometido com a educação. Precisamos lutar pela revogação dessas contrarreformas.

Neste momento, estudantes do Chile estão nas ruas, enfrentando a repressão policial, questionando as reformas educacionais daquele país. Também ocorreram recentemente protestos de professores durante a abertura da Copa, no México, provocando inclusive atraso na cerimônia oficial e enfrentando forte repressão, porque lutavam em defesa da educação. Precisamos avançar na construção de uma mobilização mais ampla, envolvendo estudantes, profissionais da educação e toda a sociedade brasileira, para lutar por uma educação diferente daquela que temos hoje. Essa agenda já existe.

A própria Rede que organiza este encontro é um exemplo dessa construção, assim como outras redes e sindicatos. Precisamos organizar essas forças. Como dizia Chico Science: "Organizando para desorganizar". Precisamos desorganizar essa educação empresarial que hoje se apresenta como algo natural. Ela não pode ser naturalizada. A construção da contra hegemonia é uma tarefa colocada para todos nós. Precisamos disputar a formação humana e construir um projeto de educação voltado para a emancipação humana, uma educação crítica, uma escola unitária na perspectiva gramsciana, uma educação para além do capital, na perspectiva de István Mészáros. Precisamos resgatar nossos intelectuais, como: Dermeval Saviani, Gaudêncio Frigotto e tantos outros que defendem uma educação histórico-crítica e emancipatória, para retomarmos o controle da educação que hoje já não pertence aos professores, nem aos demais profissionais da educação, nem aos estudantes. Essa situação não pode permanecer.

Palavras finais

Se retomarmos Rosa Luxemburgo, especialmente em *Reforma ou Revolução*, veremos que a reforma seria uma mudança limitada, realizada nos marcos do próprio sistema capitalista. Seria uma transformação pontual, uma melhoria possível dentro dos limites do capitalismo. Já quando utilizamos o termo contrarreforma, sobretudo para caracterizar as políticas educacionais implementadas especialmente a partir de 2016, estamos nos referindo justamente ao contrário: não a um avanço,

mas a um profundo processo de regressão social. Entretanto, essa discussão também exige cuidado, porque pode dar a impressão de que tudo o que existia antes era positivo. E não era. As políticas empresariais na educação não começaram em 2016. Já durante os anos 2000, observamos um avanço importante da influência empresarial sobre as políticas educacionais. Em 2006, por exemplo, o empresariado passa a ocupar um espaço decisivo na formulação dessas políticas.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) incorpora diretamente as diretrizes do movimento Todos Pela Educação. As políticas privatistas e empresariais já estavam presentes dentro de um governo que se apresentava como de Frente Popular, o que constitui, por si só, uma importante contradição. Quando governos mais identificados com a direita assumem o poder, encontram um terreno que já vinha sendo preparado anteriormente. Por isso, é necessário aprofundarmos essa discussão. No caso específico da contrarreforma do Ensino Médio, ela ocorre justamente porque responde à crise do capital. A crise do capital transforma-se, também, em crise do trabalho e da sociedade, e uma das respostas apresentadas é modificar a escola, afinal, é nela que se formam os futuros trabalhadores. Assim, passa-se a priorizar muito mais a formação técnico-profissional.

O atual modelo da contrarreforma do Ensino Médio procura conter um processo que, embora limitado, ampliou o acesso ao Ensino Superior durante os governos anteriores. É verdade que esse acesso ocorreu, em grande parte, por meio da

expansão do setor privado, das organizações privadas de ensino superior e de diferentes mecanismos de financiamento.

Mas também houve ampliação nas universidades públicas, especialmente com as políticas de cotas. Esse processo apresenta inúmeras limitações e merece muitas críticas, mas não podemos negar que houve ampliação do acesso. A contrarreforma surge justamente para interromper esse movimento. Ela vem sempre acompanhada do discurso da modernização. Afirma-se que o Ensino Médio brasileiro seria ultrapassado quando comparado ao modelo alemão ou aos países centrais, especialmente por causa da formação técnica.

Entretanto, trata-se de outra realidade completamente diferente daquela implementada aqui. O que temos observado é uma formação técnica profundamente precarizada. Ao mesmo tempo, fortalece-se outro eixo importante: o empreendedorismo. Já não se fala tanto em empregabilidade, mas no empreendedorismo de si mesmo. Não se trata do empreendedor que possui capital para abrir uma empresa. O que se pretende é que cada indivíduo administre a própria vida como se fosse uma empresa. Que administre seu tempo, suporte pressões constantes, torne-se resiliente e responsabilize-se individualmente pelo próprio sucesso ou fracasso.

Foi levantada aqui uma questão muito interessante: como um professor pode ensinar empreendedorismo sem ser empreendedor? Mas talvez essa não seja apenas uma questão objetiva. Talvez seja, sobretudo, uma questão subjetiva. Embora o professor esteja no serviço público, o próprio serviço público foi profundamente atravessado pela lógica da mercadoria e do

empreendedorismo. Isso aparece nas metas, nos bônus por desempenho, na polivalência, na responsabilização individual e em toda a lógica herdada do toyotismo e da reestruturação produtiva. É sempre importante lembrar que essa lógica nasce na produção industrial, nasce na fábrica, mas rapidamente se estende para todos os setores da sociedade.

A escola torna-se um reflexo dessas transformações. Aquilo que surgiu na organização da produção industrial chega ao serviço público e à escola pública. Portanto, não se trata apenas de uma questão objetiva. Mesmo que o professor não seja empresário nem trabalhe numa fábrica, ele acaba incorporando formas de pensar, agir e viver próprias do capitalismo contemporâneo. Essa é justamente a característica do neoliberalismo. Ele não atua apenas sobre as condições objetivas da vida. Ele atua também sobre a subjetividade. Por isso, o professor encontra-se completamente inserido nessa lógica. Quando você menciona o controle do trabalho docente, toca num aspecto fundamental. O professor continua sendo a principal pedra no sapato das reformas educacionais e das políticas empresariais para a educação. O trabalho docente é um trabalho imaterial. Ele não produz um objeto físico que possa ser facilmente medido ou controlado. A educação não é uma mercadoria palpável. Quando a porta da sala de aula se fecha, por mais mecanismos de controle que existam, permanece um espaço de resistência cotidiana. Tenho certeza de que todos os professores aqui presentes vivem essa resistência diariamente.

Mesmo diante de projetos privatistas, cada professor ainda possui uma autonomia relativa para reinterpretar, adaptar

e transformar aquilo que lhe é imposto. Essa autonomia relativa faz parte da própria natureza do trabalho docente. Da mesma forma que Taylor buscava controlar rigorosamente o tempo e os movimentos dos trabalhadores nas fábricas, domesticando-os para executar tarefas repetitivas e padronizadas, hoje se busca controlar cada vez mais o trabalho dos professores.

Naquele contexto histórico, foi justamente esse processo que fortaleceu a organização sindical dos trabalhadores. Por isso, toda análise fundamentada no materialismo histórico-dialético precisa reconhecer as contradições. É necessário compreender a totalidade, as mediações e as contradições presentes na realidade. Por isso gosto muito das contribuições de Edward Thompson, especialmente quando discute a experiência na formação da classe trabalhadora.

Ele critica determinadas leituras excessivamente estruturalistas do marxismo que tratam a classe como simples resultado das estruturas. Ao contrário, Thompson mostra que são as pessoas concretas, vivendo suas experiências e enfrentando cotidianamente as contradições, que constroem a história. Isso aparece claramente na escola. Embora cada vez mais limitada, ainda existe uma autonomia relativa. É justamente essa autonomia que as plataformas digitais procuram controlar. A plataformização busca controlar o tempo, o planejamento, as faltas, as metas e todos os resultados esperados, dentro da lógica da aprendizagem reduzida a indicadores de desempenho. Com isso, perde-se gradativamente a compreensão da educação como direito social e passa a prevalecer uma lógica de resultados,

desempenho e produtividade, subordinada às exigências do mercado.

Muito obrigada.

Manoel Fernandes de Sousa Neto[36]

Muito bom dia a todas e a todos. Minha fala talvez seja um pouco mais breve, até porque muitas das questões que eu pretendia abordar já foram levantadas pela Professora na exposição anterior. Quero iniciar agradecendo o convite, especialmente em nome da professora Ivânia Freitas. Saúdo a todas e a todos os presentes. É uma satisfação enorme integrar esta mesa. Também é uma alegria conhecer hoje a Professora Amanda Moreira. Viemos praticamente debatendo durante toda a viagem de carro até aqui. Foi uma conversa extremamente rica. Selecionei alguns pontos para dialogarmos nesta manhã. São questões que dialogam diretamente com o que já foi apresentado e também com os debates realizados nas mesas anteriores. Vou começar fazendo uma abordagem mais geral para, em seguida, chegar propriamente às contrarreformas educacionais.

Também quero dizer que é uma enorme satisfação participar deste Evento. Encontrar lutadoras e lutadores que

[36] O Professor Manoel possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Ceará, mestrado e doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutorado pela Universidade do Porto. Atualmente é Professor Titular da USP, onde desenvolve pesquisas sobre História da Geografia e Geografia Histórica do Capitalismo, além de coordenar o Grupo de Estudos do Capital (GECA).

desempenham um papel tão importante fortalece o trabalho que todos nós temos realizado ao longo dos anos. A primeira questão que gostaria de destacar, e que talvez ainda não tenha sido afirmada de maneira suficientemente explícita, é que a crise do capital não é algo externo ao capitalismo. Ela não constitui um acontecimento eventual. Não é um acidente histórico. A crise faz parte do próprio metabolismo do sistema capitalista. Essa compreensão é fundamental. Delfim Netto publicou um artigo na *Folha de S. Paulo*[37] durante a crise de 2008. Independentemente das diferenças políticas que possamos ter com ele, era um intelectual orgânico da burguesia extremamente preparado. Costumava-se dizer que possuía uma das maiores bibliotecas particulares do país. Nesse artigo, afirmava que, desde o final do século XIX, registraram-se mais de 160 crises econômicas, algumas maiores, outras menores.

Portanto, a crise não é um fenômeno excepcional. Ela constitui um elemento próprio do funcionamento do capitalismo. Quando falamos da crise estrutural do capital, talvez uma das melhores interpretações seja a de David Harvey, especialmente em *A Condição Pós-Moderna* (1989). Há um capítulo extraordinário em que ele analisa a passagem do fordismo para a acumulação flexível. Harvey situa o início dessa crise estrutural por volta dos anos 1970 e identifica quatro elementos fundamentais. **O primeiro** deles é que os Estados Unidos, que haviam saído da Segunda Guerra Mundial em

[37]Delfim Netto foi uma figura pragmática e sua trajetória não se encaixa de forma rígida nos rótulos tradicionais de "esquerda" ou "direita". Ele transitou por diferentes espectros políticos ao longo de mais de 60 anos de vida pública.

posição privilegiada para ampliar continuamente seu processo de acumulação, passam a enfrentar a concorrência internacional de países reconstruídos após a guerra, especialmente Japão e Alemanha.

Ali se encerra aquilo que ficou conhecido como os "*trinta anos dourados*"[38] do capitalismo. É nesse contexto que emergem as políticas neoliberais e se consolidam organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e outras instituições de alcance supranacional. Também se consolida o padrão dólar como referência do sistema monetário internacional. Os Estados Unidos deixam de navegar em águas tranquilas e passam a conviver com novas disputas internacionais. Isso produz uma das tendências fundamentais das crises capitalistas: a queda tendencial da taxa de lucro.

O segundo elemento destacado por Harvey refere-se ao processo de retirada dos direitos da classe trabalhadora. Se anteriormente predominava uma política baseada na ampliação salarial e na expansão de direitos, a partir desse momento a lógica se inverte. Busca-se retirar o máximo possível dos trabalhadores, desmontando direitos previdenciários, benefícios sociais e conquistas acumuladas ao longo de décadas de luta

O terceiro elemento é o amplo processo de desregulamentação do Estado. O Chile tornou-se o principal laboratório dessas políticas, conduzidas pelos chamados *Chicago*

[38]Anos Dourados (ou "Trinta Anos Gloriosos") refere-se à era de ouro do capitalismo global, entre 1945 e 1975, marcada por crescimento econômico sem precedentes, pleno emprego e consolidação do *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social) nos países ocidentais.

Boys[39], cujo objetivo era desmontar progressivamente o Estado. É importante destacar que nada disso se implementa sem o recurso a formas autoritárias de poder. O fascismo constitui a outra face dessas políticas neoliberais. As pautas econômicas conservadoras não podem ser separadas das pautas políticas autoritárias. Essa relação é essencial para compreender o presente. Ao mesmo tempo, destrói-se o Estado de Bem-Estar Social que havia sido construído principalmente nos países centrais. O quarto elemento é a profunda transformação do mundo do trabalho.

O capitalismo deixa progressivamente o modelo fordista e passa a incorporar novas formas de organização produtiva, entre elas o *toyotismo,* a terceirização e diferentes modalidades de acumulação flexível. Empresas como a Benetton praticamente deixam de produzir diretamente, terceirizando quase toda sua produção. Generalizam-se novas formas de organização do trabalho e intensifica-se a destruição das organizações sindicais. É importante compreender que toda crise do capital implica também uma ofensiva violenta contra as organizações da classe trabalhadora. Marx dizia algo extremamente importante em *O Capital* (1867). Quando o capital compra a força de trabalho, ele não compra apenas algumas horas da vida do trabalhador. Compra sua vida inteira. Embora a pague em prestações. Quando sobrevém uma crise, marcada pela queda tendencial da

[39] Os Chicago Boys foram um grupo de economistas chilenos formados na Universidade de Chicago. Eles foram os responsáveis por implementar políticas ultraliberais e de livre mercado no Chile, principalmente durante a ditadura militar de Augusto Pinochet, que serviram de laboratório para o neoliberalismo na América Latina.

taxa de lucro, o capital busca manter seu processo de acumulação ampliada, expropriando ainda mais a classe trabalhadora.

Expropria a poupança construída no passado. Grande parte das empresas estatais foi construída com recursos produzidos pelo trabalho coletivo da sociedade. Depois, essas empresas são privatizadas e entregues ao capital. No Brasil, a Petrobras é um exemplo emblemático. A Petrobras foi construída, efetivamente, com recursos que vieram da poupança social, produzida sobre as costas da classe trabalhadora. Refiro-me também à expropriação da riqueza presente, por meio do rebaixamento salarial e de todas essas formas de retirada de direitos. E há ainda a expropriação da riqueza futura, representada, por exemplo, pelas reformas da Previdência. Ou seja, muitos de vocês já não receberão aquilo que lhes foi prometido quando ingressaram na carreira.

Essa era uma conversa que eu vinha tendo. Há um livro de Ricardo Antunes que diz isso com muita clareza: carreira e salário são coisas distintas. Quando nós entramos na carreira, ela já existia e continuará existindo quando saímos dela. Compreender essa distinção é fundamental para entendermos as tarefas colocadas diante de nós. Portanto, esse processo de expropriação, como já foi discutido pela Professora Alexandrina, pela Professora Amanda, ao longo destes dias, realiza-se das mais diversas maneiras, sempre retirando da classe trabalhadora aquilo que ela própria produziu como riqueza social.

Passo, agora, ao segundo ponto. Espero que o tempo não esteja muito adiantado. Eu disse que apresentaria nove pontos e ainda estou concluindo o primeiro. A **segunda questão** que

quero levantar é a seguinte. Um dos aspectos centrais da obra daquele homem que escreveu a *Gazeta Renana* (*Rheinische Zeitung)*[40], cuja vida foi profundamente marcada pelas lutas sociais, é mostrar uma das grandes contradições do capitalismo. O capitalismo é incapaz de incorporar socialmente todas as transformações técnicas que ele próprio produz em determinado momento histórico. O capitalismo realizou uma extraordinária revolução nas forças produtivas. Entretanto, em outro momento histórico, torna-se incapaz de permitir que esses avanços técnicos sejam colocados a serviço da humanidade. Em vez de libertarem as pessoas do trabalho necessário, esses avanços acabam servindo para ampliar a exploração.

No Brasil, quem discutiu isso de maneira brilhante foi Theotonio dos Santos[41]. Uma das questões centrais é justamente esta: as transformações técnicas poderiam libertar a humanidade de grande parte do trabalho necessário. Poderíamos estar escrevendo poesia, produzindo arte, estudando, realizando atividades que nos proporcionassem prazer. No entanto, o capitalismo utiliza essas transformações para intensificar a exploração e ampliar ainda mais as desigualdades. Ou seja, justamente no momento em que a humanidade reúne condições técnicas para reduzir drasticamente o trabalho penoso, a

[40] Gazeta Renana (1841–1843): Primeiro jornal editado por Karl Marx. Ficou conhecido por defender a liberdade de imprensa e a abolição da censura, servindo como embrião para o pensamento político do autor.

[41] A reflexão resume com precisão a essência da Teoria Marxista da Dependência, sintetizada pelo sociólogo e economista brasileiro. Ele destacou que, em vez de o progresso técnico servir à emancipação humana e à redução da jornada de trabalho, o capitalismo latino-americano o utiliza para a superexploração

humilhação da classe trabalhadora torna-se ainda maior, mais intensa e mais desumanizadora. Essas transformações técnicas desempenham um papel decisivo para que o capitalismo amplie os processos de expropriação.

Entretanto, esses processos não podem ser realizados sem mudanças profundas na educação. É preciso modificar a formação da força de trabalho, alterar os currículos e produzir uma classe trabalhadora adequada às novas exigências do capital. A escola passa a incorporar essa perspectiva técnica juntamente com uma perspectiva cognitiva e subjetiva que legitime a subordinação da classe trabalhadora às novas formas de organização do processo produtivo. Por isso, não existe transformação técnica sem profundas transformações curriculares no interior da escola e nos diversos modos de educar a sociedade.

Isso guarda relação com a teoria da regulação. Não estou dizendo que sou regulacionista, apenas observo que boa parte das análises dessa escola demonstra como as mudanças na organização do trabalho exigem transformações correspondentes nos processos educativos. Basta observar como os trabalhadores eram organizados no modelo fordista das décadas de 1930 e 1940, ou como surgiram profissões próprias do Estado para atender a essas necessidades, como o Serviço Social. Essas grandes transformações técnicas cumprem um papel decisivo na própria dinâmica da crise do capital. Elas são parte constitutiva dessa crise e exigem respostas no campo das políticas educacionais.

O terceiro aspecto que quero destacar, em diálogo com a fala do nosso colega que abriu as atividades ontem, é o seguinte: os historiadores ligados à burguesia sempre procuraram apresentar a história como se tudo tivesse sido sempre igual, como se o capitalismo tivesse se desenvolvido de forma natural e contínua. Isso não é verdade. A história do capitalismo é uma história permanente de violência contra a classe trabalhadora. Em todos os momentos históricos, a literatura demonstra isso com clareza.

Não existe implantação de novas formas de trabalho ou de novos processos produtivos sem resistência. Em todos os períodos da história, trabalhadores e trabalhadoras resistiram, lutaram, foram perseguidos, assassinados e violentados. Nós possuímos um patrimônio histórico de lutas que precisa ser preservado. E esse não é um patrimônio qualquer. Saber que outras gerações lutaram para que hoje pudéssemos continuar essa caminhada possui um significado político profundamente importante. Às vezes brincamos dizendo que existem "*cinquenta tons de marxismo*"[42], porque há diferentes formas de interpretar Marx. Isso é importante para compreendermos também a

[42] Em tom de humor, o autor utiliza a expressão "50 tons de Marx" para fazer uma analogia com a multiplicidade de interpretações que surgiram da obra marxiana. Desde a morte de Marx, diferentes correntes teóricas passaram a reivindicar para si a condição de expressão do "verdadeiro marxismo", produzindo leituras distintas de suas categorias e de seu método de análise da realidade. A analogia busca evidenciar justamente essa diversidade de interpretações, chamando atenção para a necessidade de compreender criticamente quais perspectivas preservam o caráter revolucionário da obra de Marx e mantêm como horizonte a transformação da realidade social, em vez de apenas reproduzir leituras fragmentadas ou despolitizadas do marxismo.

diversidade existente no nosso próprio campo teórico. Mas há uma questão sobre a qual praticamente não existe divergência: não há história que não seja, fundamentalmente, uma história de luta.

É importante entendermos essa diversidade que existe também no nosso próprio campo teórico. Gramsci levanta uma questão fundamental: não há história que não seja, essencialmente, uma história de lutas. Portanto, não se implementam novas formas de expropriação do trabalho sem que, ao mesmo tempo, seja necessário esvaziar e enfraquecer a resistência da classe trabalhadora[43]. Aquilo que muitas vezes foi relegado ao esquecimento constitui exatamente aquilo que nós temos o dever de recuperar pela memória. Esse é outro aspecto que considero fundamental. Isso dialoga com algo que Marx desenvolve no final de *O Capital*. Ele inicia sua análise pela mercadoria, mas conclui tratando daquilo que denomina, de maneira muito precisa, de acumulação originária. E Marx demonstra, de forma muito feliz, que a acumulação originária não foi um acontecimento isolado do passado. A economia política clássica burguesa apresentava esse processo como uma etapa necessária e natural da formação do capitalismo.

Marx demonstra exatamente o contrário: trata-se de um processo violento de expropriação, de roubo, de cercamento das

[43] A ideia de que "toda história é história de lutas" deriva da afiliação de Gramsci ao materialismo histórico, enquanto as reflexões sobre como transformações nas estruturas econômicas e as novas formas de "expropriação do trabalho" exigem o enfraquecimento das resistências e a construção de consenso estão no cerne de suas análises sobre a hegemonia e a revolução passiva.

terras, de expulsão dos trabalhadores do campo e de imposição forçada do trabalho assalariado, recorrendo à violência, aos castigos, às prisões e a toda sorte de mecanismos destinados a disciplinar os trabalhadores para a nova ordem do trabalho. Era uma realidade em que crianças de cinco anos já trabalhavam e muitas sequer chegavam aos dez anos de idade. O processo de acumulação do capital exige permanentemente que diferentes formas de trabalho sejam subordinadas à forma dominante do trabalho assalariado. Por isso, ainda hoje convivemos com formas de trabalho análogas à escravidão. Basta acompanhar as operações do Ministério Público do Trabalho. Em Minas Gerais, por exemplo, periodicamente são encontrados trabalhadores submetidos a condições degradantes em carvoarias, fazendas e outras atividades. Prefiro falar em pessoas escravizadas e não em escravos, porque ninguém nasce escravo. A escravização constitui um processo histórico de dominação.

Em todos os momentos históricos, é necessário desmontar a resistência dos trabalhadores para garantir a lógica permanente de acumulação do capital. Outro aspecto extremamente importante é que, sempre que o capital entra em crise e necessita justificar novas formas de exploração da classe trabalhadora, surgem intelectuais e ideólogos encarregados de legitimar essas transformações, tanto no mundo do trabalho quanto no campo da educação. Se existem divergências teóricas no interior do nosso campo, que elas sejam debatidas. O debate é necessário. Uma das grandes ideologias do nosso tempo foi

justamente a tese do *"O fim da história e o último homem"* (1992)[44], segundo a qual não haveria mais alternativas ao capitalismo. De certa maneira, alguns intelectuais que se reivindicam marxistas terminaram incorporando essa ideia, como se a história realmente tivesse chegado ao fim.

Essa é uma posição extremamente problemática. Uma das grandes lições de Marx é justamente a seguinte: se fomos capazes de construir está sociedade, também somos capazes de transformá-la. Eu tenho plena convicção disso. Por isso, há um debate muito importante dentro do marxismo acerca da permanência da luta de classes. Na minha compreensão, ela não terminou. Entretanto, algumas correntes do marxismo sustentam justamente o contrário. Existem autores importantes nesse debate. Penso, por exemplo, em Moishe Postone[45], com sua análise da dominação social e sua releitura crítica de Marx. Também penso em Robert Kurz[46], que desenvolve importantes reflexões sobre a mercadoria, o trabalho e a crise do capitalismo.

[44] A tese do "fim da história", cunhada pelo cientista político Francis Fukuyama após a Guerra Fria, defende que a humanidade atingiu o ponto final de sua evolução ideológica. Segundo o autor, o capitalismo e a democracia liberal provaram ser os sistemas definitivos, eliminando alternativas sistêmicas em: Francis Fukuyama. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, p. 11

[45] Professor de história na Universidade de Chicago. Teórico pioneiro da chamada vertente marxista da "crítica do valor".

[46] Filósofo e ensaísta alemão. Participou de uma vertente de reinterpretação da obra de Marx, denominada na Alemanha Wertkritik ('crítica do valor'). Sua área de interesse abrangeu a teoria da crise e da modernização, a análise crítica do sistema mundial capitalista, a crítica do iluminismo e a relação entre cultura e economia.

Por que menciono esses autores? Porque nós, intelectuais, não somos a vanguarda que fará a revolução. O próprio Marx dizia que a luta dos trabalhadores existia antes dele e continuará existindo depois dele. Sua contribuição consistiu em oferecer instrumentos para compreender essa realidade. Há excelentes roteiros de leitura da obra marxiana, como os organizados por Jorge Grespan[47], que auxiliam muito aqueles que desejam aprofundar esse estudo. Mas a questão central permanece: a luta de classes somente desaparecerá quando desaparecerem as condições sociais que a produzem.

Pensar a crise do trabalho significa compreender que ela é uma expressão da própria crise do capital. Isso exige de nós um esforço permanente de elaboração teórica para construirmos respostas à altura dos desafios atuais. Como compreender, então, o debate sobre a centralidade do trabalho? Evidentemente, o trabalho sofreu uma transformação radical. Mas quero enfatizar que esse processo de complexificação do trabalho exige um enorme esforço teórico para compreendermos a realidade. Sem isso, não conseguiremos formular nossas respostas. Esse é um aspecto decisivo do trabalho intelectual.

Como organizar a formação diante das mudanças no mundo do trabalho? Como compreender essa imensa complexificação? Nesse debate teórico, quando menciono determinados autores, faço isso com imenso respeito às suas contribuições. Muitos produziram obras importantes sobre a vida cotidiana, sobre o dinheiro sem valor, sobre a escravidão

[47] Professor Titular do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP).

por dívidas, sobre o sistema de crédito e tantos outros temas fundamentais. Entretanto, há também intelectuais marxistas que, há muito tempo, anunciaram o fim da centralidade do trabalho ou o adeus ao proletariado. Outros defenderam a ideia da sociedade informática como se ela representasse uma ruptura definitiva com o trabalho.

É preciso termos muita clareza sobre o nosso papel teórico. Há muito ainda por fazer. O que temos vivido é um processo crescente de precarização do trabalho, impulsionado também pelas transformações tecnológicas, como a inteligência artificial. E aí aparecem novamente as contradições do capital. A inteligência artificial só pode existir porque há, na outra ponta, trabalho extremamente precarizado, muitas vezes invisível, realizado nas chamadas "fazendas de limpeza" de dados. Além disso, ela se apropria de todo o conhecimento produzido historicamente pela humanidade. Representa também uma lógica preocupante de destruição da memória coletiva. Já não memorizamos números, datas, referências, autores. Perdemos, aos poucos, a capacidade de mobilizar nossa própria memória histórica. Outro aspecto importante é a transformação do próprio dinheiro, que passou a existir, em grande medida, como registro digital. Costumo dizer que basta um choque eletromagnético para apagar toda a riqueza registrada eletronicamente.

Tudo isso representa processos que precisam ser compreendidos de forma articulada. Dizem agora que a Bahia deixou de ser apenas a terra de *Todos os Santos* para se tornar também a terra das terras raras. Grande parte das reservas minerais estratégicas do país está localizada aqui. Isso significa

que diversas comunidades tradicionais, comunidades de fundo e fecho de pasto e outros povos do campo vêm sendo perseguidos e expulsos devido ao interesse econômico sobre essas áreas. A instalação de grandes data centers, por exemplo, exige enorme consumo de água para refrigeração, ao mesmo tempo em que amplia a precarização do trabalho digital, inclusive em situações análogas ao trabalho escravo em diferentes países. Vendem-nos a ideia de que a tecnologia nos libertará, mas as contradições permanecem. As plataformas digitais contribuem para um profundo processo de esvaziamento da autonomia intelectual. Isso também penetrou na escola de maneira decisiva e exige uma elaboração crítica muito consistente. O processo de hiperprecarização do trabalho acelerou-se enormemente a partir da pandemia de Covid-19. Como analisa Mike Davis, em *O Monstro Bate à Porta*, as pandemias tendem a se tornar cada vez mais frequentes.

A pandemia nos obrigou a reorganizar completamente as formas de trabalho e consolidou a ideia de que tudo poderia acontecer à distância, reduzindo os encontros presenciais, as viagens, o convívio, os abraços e tantas outras dimensões fundamentais da experiência humana. Por fim, as contrarreformas educacionais só podem ser compreendidas se voltarmos ao final da década de 1980. Em 1989 ocorreu o chamado Consenso de Washington. Basta observar seus dez pontos para perceber que ali já estavam formuladas as diretrizes de redução do Estado, privatização, descentralização e fortalecimento das agências reguladoras.

No campo da educação, difundiu-se a ideia de descentralizar responsabilidades, transferindo às escolas a gestão dos problemas sob o discurso da autonomia e da democracia. Mas essa autonomia foi profundamente ressignificada. Outro objetivo fundamental era enfraquecer os sindicatos. As organizações sindicais sofreram um intenso processo de desmantelamento, especialmente a partir dos anos 1990. A cartilha era clara: privatização, descentralização e destruição das organizações sindicais. Na Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, consolidou-se também a pedagogia das competências. Dois autores exerceram grande influência nesse processo: César Coll[48], na formulação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, e Jacques Delors[49], com a difusão da ideia do "aprender a aprender".

O objetivo era formar trabalhadores polivalentes, capazes de executar múltiplas funções e de se adaptarem continuamente às exigências do mercado. Assim, torna-se impossível compreender o avanço das políticas de caráter autoritário, em diferentes partes do mundo, sem considerar essa profunda transformação cultural, marcada pela centralidade do dinheiro e pela financeirização da vida. É por isso que os currículos têm sido reorganizados segundo uma lógica de financeirização,

[48] Cesar Coll é professor de Psicologia Evolutiva e da Educação (Faculdade de Psicologia, Universidade de Barcelona). Foi um dos principais coordenadores da reforma educacional espanhola e consultor do Ministério da Educação e Cultura na elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais no Brasil, participando como assessor técnico.

[49] Jacques Delors (1925–2023) foi um economista e político francês, amplamente reconhecido como o arquiteto da União Europeia moderna.

subordinando a educação às exigências do capital. Se vocês, por acaso, conhecerem uma autora chamada Carolina Catini[50], da Unicamp, verão que ela fala hoje da educação bancária, não naquele sentido empregado por Paulo Freire. Inclusive, ela tem um texto muito interessante sobre a bancarização da educação. É exatamente isso que Amanda mencionou: empreendedorismo, projeto de vida, a lógica de os estudantes precisarem abrir uma conta bancária, aprender a administrar o Pix, como se esse fosse um objetivo central da formação escolar.

O problema não é o Pix em si. O problema é que passamos a construir uma percepção de mundo completamente financeirizada. E onde nasce isso? Nas diretrizes formuladas pelo Banco Mundial para uma lógica de estandardização e padronização curricular da formação dos trabalhadores em escala mundial. Nós aderimos a esse processo sem fazer um debate sobre o que ele realmente significava. Passamos a construir lógicas avaliativas muito próximas da ideia do "Show do Milhão", nas quais tudo se converte em bonificação e premiação. Não é o mérito pela aprendizagem, pela formação humana ou pelo desenvolvimento intelectual. É o mérito associado ao dinheiro.

[50]Professora livre docente do departamento de Ciências Sociais da Educação (DECISE) da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (FE-UNICAMP). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Educação e Crítica Social (GEPECS) e pesquisadora da Linha de Pesquisa Trabalho e Educação no Programa de Pós graduação da FE-UNICAMP. (texto do próprio autor) Disponível em https://www.escavador.com/sobre/4476251/carolina-de-roig-catini.

Então a pergunta é: como podemos desmontar essa lógica? Porque a BNCC, a BNC-Formação e a contrarreforma do Ensino Médio fazem parte de um mesmo projeto. Em um país de passado colonial, agrário e escravista como o nosso, esse projeto busca manter nosso lugar na divisão internacional do trabalho como simples produtores de produtos agrícolas e minerais. É exatamente por isso que esta Rede possui um papel tão importante. Trata-se de uma Rede que enfrenta as contrarreformas e reúne pesquisadores profundamente comprometidos com diferentes movimentos sociais. Há pessoas envolvidas nas lutas do campo, nas universidades, junto às comunidades quilombolas e aos povos indígenas. Essa é a potência dessa rede. Talvez devamos ampliar ainda mais nossa capacidade de intervenção, colocando nossas pesquisas a serviço da mobilização social. Eu vejo uma enorme potência no que estamos construindo aqui hoje e acredito que podemos fazer muito mais. Muito obrigado pela oportunidade.

Notas in(conclusivas)

Em função do horário já bastante avançado, vou fazer apenas algumas observações. Depois dessa manifestação fenomenal, maravilhosa, eu gostaria de destacar apenas duas ou três questões. A primeira delas é que nos fizeram acreditar que as reformas representavam avanços. Daí a importância de trabalharmos o debate sobre a contrarreforma. Por exemplo, muitos nos fizeram crer que a Constituição de 1988, chamada de Constituição Cidadã, representava o ponto máximo desse processo. Não é assim. Ela foi, sem dúvida, um avanço

importante, mas faz parte de um processo histórico em permanente disputa e transformação.

Essa é uma questão central para as discussões que precisamos aprofundar. Lembro muito que, em determinados momentos, aquilo que foi apresentado como reforma acabou se constituindo, na realidade, como uma contrarreforma, inclusive em relação à questão agrária. Outro ponto que considero importante diz respeito à centralidade do trabalho. Marx nos apresenta uma reflexão fundamental sobre essa categoria, e era justamente a partir dela que eu pretendia desenvolver minha fala. O trabalho ocupa um lugar central na vida social. Poderíamos aprofundar esse debate, mas isso exigiria muito mais tempo.

Acho que a Amanda respondeu boa parte das questões levantadas, especialmente quando discutiu a importância de compreender o capitalismo em suas determinações. Entretanto, considero fundamental estabelecer a relação entre empregabilidade e empreendedorismo. Essa mudança não é apenas terminológica; ela expressa uma transformação ideológica. Hoje, o discurso dominante desloca a responsabilidade das relações sociais para o indivíduo. Em vez de compreendermos a vida como uma construção coletiva, somos levados a acreditar que tudo depende exclusivamente do esforço individual. No fundo, todos estamos ligados por relações sociais. Nossa existência é construída coletivamente. Porém, a lógica do capital procura ocultar essas relações, fazendo parecer que cada indivíduo é responsável, isoladamente, pelo próprio sucesso ou fracasso. Por isso, os sistemas tecnológicos e as

plataformas digitais cumprem um papel tão importante nesse processo. Eles reforçam essa lógica individualizante, como se fosse possível realizar plenamente a vida apenas pelas escolhas individuais.

Mas isso constitui uma inversão da realidade. O que está em jogo é a realização do valor da mercadoria, e não a realização plena das pessoas enquanto sujeitos sociais. Precisamos compreender esse aspecto. Quero agradecer muito a oportunidade de participar desta mesa e agradecer a presença de todos que permaneceram conosco até este momento. Esta mesa levantou questões extremamente importantes e profundas. Evidentemente, não conseguiremos esgotá-las aqui, mas tenho certeza de que esse debate continuará em outros espaços. Muito obrigado.